



CONSELHO DA FACULDADE DE DIREITO

Ata nº 06/2022

Sessão extraordinária realizada em 15/02/2022

Aos 15 dias do mês de fevereiro de 2022, reuniu-se às 16:30h, por videoconferência, no ambiente MConf/FURG: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/fadir-conselho>, o Conselho da Faculdade de Direito, com a presença dos professores conselheiros: Antonio Jose Brito, Carlos André Sousa Birnfeld, Eduardo Pitrez de Aguiar Corrêa, Fabiane Simione, Felipe Kern Moreira, Felipe Wienke, Fernando Comiran, Gabriela Kyrillos, Jaime John Liane Francisca Hüning Pazinato, Marcelo Eibs Cafrune, Péricles Gonçalves, Rafael Ferreira, Salah Hassan Khaled Junior, Sheila Stolz da Silveira; os estudantes conselheiros: Joana Sousa; Michele Amorim; Ríllari Ferreira; os técnicos conselheiros: Deise Mirco e Elisangela Ferreira para deliberar sobre o seguinte ponto de pauta: “1) Proposta de Revisão do Projeto Pedagógico do Mestrado e construção do APCN de Doutorado, já aprovado na Câmara do PPGDJS”. Iniciada a reunião, o Diretor em exercício Felipe Kern, esclareceu que o ponto de pauta supra referido abrange três temas interligados, a saber: 1.1) Alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado e criação, para o ano de 2022, da Disciplina de SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO a ser ofertada no primeiro semestre do ano Letivo de 2022; 1.2) Aprovação do PPC do Curso do Doutorado para fins do APCN; 1.3) Aprovação do novo Regimento do PPGDJS, integrante do APCN, todos compõem a documentação enviada previamente para consideração de todos os conselheiros, quando da convocação da reunião. Esclareceu, todavia, que a discussão e a votação seriam feitas em conjunto, com a concordância dos conselheiros. Dando início à apreciação da pauta, passou a palavra à Coordenadora do Mestrado, professora Sheila Stolz da Silveira, para o relato da matéria. A professora, inicialmente, agradeceu a presença dos conselheiros e o esforço das equipes responsáveis pelas propostas, que foram aprovadas, por unanimidade, na Câmara do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social do Conselho da Faculdade de Direito. A seguir, fez agradecimento especial ao professor Horácio Wanderley Rodrigues, que presidiu a Comissão do APCN e não mediu esforços para o êxito da proposta. Destacou, inicialmente, que a alteração do PPC do curso de Mestrado teve sua origem no I Seminário de Autoavaliação do Programa, que transcorreu entre os meses de agosto e setembro de 2021, e que envolveu duas semanas de trabalhos, exposições e proposições, que serviram para detectar as fragilidades do Curso e encaminhar melhorias para o mesmo. Destacou que, a partir daquele momento, foi encaminhado o recredenciamento dos professores do Programa, ultimado na primeira quinzena do mês de dezembro e que, a partir dali, a Comissão especialmente criada para o APCN, em interação com os professores permanentes, que participaram ativamente, em distintos graus de colaboração, trabalhou fortemente para a reconstrução do PPC do Curso de Mestrado, destacando que essa reformulação foi feita de forma a integrar as disciplinas e linhas de pesquisa com o PPC do curso de doutorado, objeto de APCN. Destacou, outrossim, que, ao final do ano de 2021 foi aberta a janela de oportunidade para que, antes mesmo da avaliação da quadrienal, a APCN para o curso de doutorado pudesse ser encaminhada. Relatou que a Comissão, em interação com os professores permanentes, que participaram ativamente, em distintos graus de colaboração, trabalhou fortemente para a construção do PPC do curso de doutorado para fins de submissão da APCN. Esclareceu, por derradeiro, que a proposta de novo Regimento para o PPGDJS, que integra as exigências do APCN, envolve também uma demanda interna institucional, requerida pela PROPESP, que havia apontado limitações no regimento anterior. Relatou que, em dezembro de 2021, foi nomeada Comissão específica para este fim, que trabalhou ativamente para sua construção, contando também com a assessoria especial do professor Horácio Wanderley Rodrigues. Terminado o relato, foi aberto o espaço para debate, ao final do qual as propostas, em conjunto, foram submetidas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Após o Diretor em exercício Felipe Kern Moreira informou que a reitoria enviou a minuta que dispõe sobre as Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de graduação no retorno das atividades presenciais, Fase 3 do Plano de Contingência da FURG, este tema deve ser apreciado pelo conselho. Além dos conselheiros, registrou-se a presença

dos seguintes convidados: professores Eder Dion de Paula Costa, Horácio Wanderlei Rodrigues e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger e estudantes Anayara Fantinel Pedroso e Vinícius Viana Gonçalves. Ao final da reunião, muitos presentes se manifestaram positivamente, congratulando-se pela etapa vencida. Nada mais havendo a tratar, às 17h:25, o Presidente encerrou a sessão extraordinária. A ata será disponibilizada a todos os membros do Conselho Acadêmico da FaDir para apreciação e aprovação em próxima oportunidade, e vai assinada pelo Presidente e por mim, Elisângela Ferreira, que secretariei. Rio Grande, 15 de fevereiro de 2022.